

Metrô vai ter prioridade em 96

Comissão de Orçamento poderá incluir ainda Hospital do Paranoá entre obras a serem concluídas no ano que vem

A Comissão de Obras Inacabadas do Senado decidiu ontem incluir as conclusões do Metrô de Brasília e do Hospital Regional do Paranoá entre as obras prioritárias de 1996. A recomendação será encaminhada à Comissão Mista do Orçamento e, se for acatada, as duas obras terão seus custos incluídos no Orçamento da União do ano que vem. As obras do Metrô e do Hospital do Paranoá estão entre as quatro mil obras paralisadas em todo o País e a comissão decidiu incluí-las entre as 120 prioridades de 1996.

Membros da comissão e o governador Cristovam Buarque visitaram ontem as obras do Metrô, paralisadas desde outubro de 94. Foi destacado que o GDF espera chegar a um acordo com o Consórcio Brasmetrô — composto por seis empresas construtoras —, para reduzir os custos necessários à conclusão da obra estimados em US\$ 377,6 milhões.

Em sua primeira visita aos canteiros de obras nos quase 10 meses de governo, Cristovam Buarque revelou que pretende reiniciar a construção do metrô em menos de um mês. E foi além: "Vamos inaugurá-lo até o fim do meu governo".

Etapas — A Comissão de Obras Inacabadas apresenta hoje às 10h00 um relatório preliminar sobre a situação das obras paralisadas em 18 estados brasileiros. Enquanto visitava as obras do Metrô ontem de manhã, o presidente da Comissão, senador Carlos Wilson (PSDB-PE),

ênfaticamente que o relatório é apenas a primeira etapa do trabalho.

O senador Carlos Wilson conclamou os parlamentares do Distrito Federal a apresentar uma emenda concreta em benefício dos brasilienses e evitar aquelas que visam a beneficiar apenas setores localizados, no caso, redutos eleitorais. "Uma emenda de bancada tem muito mais força para aprovação. No caso do Metrô, representa um eficiente instrumento de pressão", disse.

Para o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), também membro da comissão, o ponto mais importante do relatório é a sugestão da revisão dos custos iniciais das obras, que foram calculados com a previsão da inflação no período. A expectativa do parlamentar é de que estes valores tenham uma deflação que pode chegar até 30%. A comissão sabe, entretanto, que a negociação mais difícil será costurada entre os governos — dos estados e do Distrito Federal — e as firmas que começaram a construir as mais de quatro mil obras públicas hoje paralisadas.

Carlos Wilson enfatizou, também, que a segunda etapa dos trabalhos da Comissão de Obras Inacabadas é conscientizar os colegas do Congresso e obter deles o compromisso de fazer com que cada uma das quatro mil obras que estão paradas em todo o País sejam concluídas. "É mais importante concluir uma obra já iniciada do que começar outra", afirmou.

